

**GT 09 – Trabalho e Educação****QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO  
PRONATEC/PA**

Erbio dos Santos Silva (GEPTE/UFPA)

**1 PRONATEC E AS TIPOLOGIAS DE OFERTA**

Procurando entender as ofertas de Educação Profissional (EP) por meio da Política estratégica do governo Dilma faz-se necessário, primeiro, compreender o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), criado e legitimado pela Lei nº 12.513/2011, pois o programa tem metas ousadas, em especial a de atender “[...] 8 milhões de vagas a estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, o programa tem como seus cinco objetivos estratégicos [...]” (BRASIL, 2011, p. 5), e o desafio de integrar a política nacional às estratégias locais na perspectiva de dar oportunidade à estudantes e trabalhadores.

Sendo assim, o PRONATEC iniciou em 2011, com uma parceria bastante focal centrada na relação do governo com o Sistema “S”<sup>1</sup> (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SEST/SENAT)<sup>2</sup>, recentemente essa parceria chegou ao SEBRAE<sup>3</sup>. Contudo, o movimento nacional, mobilizado pelo CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação) tem

---

<sup>1</sup> Constitui um conjunto de instituições privadas sem fins lucrativos voltadas à aprendizagem e oportunidades sociais de trabalhadores, criadas por conta de uma visão estratégica da gestão política de Getúlio Vargas na década de 40, com intenção de bloquear de maneira sutil a mobilização dos trabalhadores que naquele momento histórico se organizavam em marchas e lutas contra o populismo do governo brasileiro na garantia de direitos dos trabalhadores.

<sup>2</sup> Cada uma dessas instituições possui sua congênere, sendo uma voltada a aprendizagem, portanto instituição de Educação Profissional e a outra voltada a atividade social, cultura e desporto, garantidas prioritariamente aos trabalhadores do segmento ao qual representam, a saber: Indústria (SENAI/SESI), Comércio (SENAC/SESC), Transporte (SENAT/SEST).

<sup>3</sup> Essa instituição é uma referência na qualificação de micro e pequenos empresários e tem nos últimos anos focado sua linha de ação também no empreendimento individual, por meio do Programa Negócio a Negócio. A partir do 2º semestre de 2013 passará a ofertar cursos de empreendedorismo no PRONATEC.

deste o processo de criação do PRONATEC feito inferências e proposições na perspectiva de melhor adequar o programa, bem como, democratizar e dinamizar a oferta, defendendo entre outras coisas a quebra do “Pacto de Exclusividade” entre MEC e Sistema “S”. Tal desejo se faz necessário porque os secretários de educação de todo o Brasil, ao compreenderem o dinamismo e especificidades regionais, estaduais e locais/municipais, percebem que a capilaridade, ora justificada pelo MEC para fortalecer a relação com os “S” não é suficiente para garantir oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC’s) ou mesmo Técnicos, nos espaços de exclusão, ou mesmos nos municípios, onde os bolsões de miséria que configuram baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estão o que replica diretamente no papel do ente federado (Estado e Município) no sentido de assumir tal papel.

Diante do exposto, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) apresentou em 2011 um conjunto de propostas que permitiriam maior dinamismo, flexibilidade e oportunização para a garantia de democratização das ofertas. Sem negar a expertise do Sistema “S” nas ofertas de Educação Profissional, o CONSED, pautou tal mudança por entender que as secretarias de educação também tinham a contribuir, em especial as Secretarias Estaduais de Educação (SEE), as quais já possuem Rede de Escolas de Educação Profissional e Tecnológica (REEPT). Exemplo em que se encaixa o Pará, que na atualidade possui 18 EETEPAS<sup>4</sup>, distribuídas em 11 municípios que atendem 7 Regiões de Integração do Estado do Pará (Metropolitana, Tocantins, Tapajós, Capim, Baixo Amazonas, Araguaia e Marajó). Com destaque para Belém, que concentra 07, das 10 escolas que constituem a Região Metropolitana, as demais estão em Marituba (duas) e Santa Isabel do Pará (apenas uma), tal como detalhado no quadro abaixo.

Quadro 1: Distribuição das EETEPAS no Estado do Pará

ESCOLA	MUNICÍPIO	REGIÃO	QUANT.	PERC. %
EETEPA IEEP <sup>5</sup>	BELÉM	METROPOLITANA	07	38,9%
EETEPA PAES DE CARVALHO				
EETEPA FRANCISCO NUNES				
EETEP FRANCISCO CACAU				
EETEPA MAGALHÃES BARATA				
EETEPA ANÍSIO TEIXEIRA				
EETEPA DEODORO DE MENDONÇA				
EETEPA DOM ARISTIDES PIROVANO	MARITUBA		2	1,1%
EETEPA JUSCELINO KUBITSCHK				
EETEPA ALBERTINA LEITÃO	SANTA ISABEL			

<sup>4</sup> Escolas Estaduais de Educação Profissional.

<sup>5</sup> Antigo Instituto Estadual de Educação do Pará – referência na formação de professores no Ensino Médio Normal, popularmente conhecido como Magistério.

	DO PARÁ		1	,6%
EETEPA CRISTO TRABALHADOR	ABAETETUBA	TOCANTINS	01	5,5%
EETEPA TAILÂNDIA	TAILÂNDIA		01	5,6%
EETEPA CAMETÁ	CAMETÁ		01	5,6%
EETEPA ITAITUBA	ITAITUBA	TAPAJÓS	01	5,6%
EETEPA PARAGOMINAS	PARAGOMINAS	CAPIM	01	5,6%
EETEPA MONTE ALEGRE	MONTE ALEGRE	BAIXO AMAZONAS	01	5,5%
EETEPA REDENÇÃO	REDENÇÃO	ARAGUAIA	01	5,5%
EETEPA SALVATERRA	SALVATERRA	MARAJÓ	01	5,5%
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>07</b>	<b>18</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Relatório Anual da Educação Profissional de 2009 – COEP/DEMP – SAEN/SEDUC/PA

É importante frisar que as escolas cumprem um papel estratégico de atender sua região (portanto alcançando os municípios que se circunscreve ao campo geográfico, geopolítico no estado do Pará, atendendo as demandas dos Arranjos Produtivos Locais – APL's), garantindo ofertas que atendam aos arranjos produtivos locais e regionais, permitindo melhor apropriação do cenário local, bem como na criação de oportunidades formativas para os sujeitos do lugar lhes dando uma alternativa de permanência, uma vez que ao qualificá-lo para o trabalho e práticas sociais, essa escola fortalece o desenvolvimento sócio-produtivo local.

O cenário até aqui caracterizado mostra que a intenção da Educação Profissional é de extrema relevância, mas desafia-se a ser mais que aparente oferta, pois não pode configurar-se apenas em números, nem tampouco chegar apenas a um reduzido grupo de sujeitos, em quanto uma massa excluída deixa de ter oportunidade de qualificação. Então o PRONATEC, desafia a Educação Profissional, as Redes de Ensino Estaduais, o Sistema “S” e outras redes até efetivar a meta dos 8 milhões de pessoas qualificadas até 2014.

Para tanto, o governo federal, aposta na articulação interministerial<sup>6</sup> e com os sistemas citados acima para efetivar a propagação da Educação Profissional no Brasil, e o Pará não está fora, contudo, necessita avançar bastante. Como exemplo disso, estão as ofertas apresentadas pela SEDUC, as quais são muito baixas, chegando apenas a 13 Cursos Técnicos Concomitantes e 102 Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC's). Porém, mesmos sendo baixas elas não se efetivaram, uma vez que na materialidade dos 115 cursos ofertados somente 44,34% foram realizados.

Com esse baixo percentual de execução houve uma perda significativa das mais de 2 mil 100 vagas ofertadas, pois só foram preenchidas 887 destas, computando uma perda de

<sup>6</sup> Entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Turismo (MTUR) e Ministério da Educação (MEC).

aproximadamente 42% das vagas inicialmente ofertadas. Concretamente, apenas 58% das vagas foram preenchidas, isso significa que dos dois milhões repassados ao estado aproximadamente R\$ 840,00 mil Reais ficaram ociosos, ou pior perdidos, uma vez que não se traduziram nas respostas desejadas. Isso significa no mínimo que os trabalhadores e estudantes perderam oportunidades de qualificação. Contudo, cabe refletir por quê?

Ao procurar entender é possível levantar algumas hipóteses, a saber: 1. Falta de compreensão da REEPT sobre os sentidos do PRONATEC; 2. A ausência de um diálogo mais efetivo entre SEDUC, Escolas ofertantes e Rede demandante; 3. A falta de compreensão da Rede demandante a respeito dos procedimentos, sentidos e intenções do PRONATEC; 4. A fragilidade na contratação de pessoal e na manutenção de insumos para realização dos cursos. Talvez esse quatro aspectos não sejam únicos, mas nos ajudam a analisar o contexto das ofertas do PRONATEC no Pará em 2012. Esse é o nosso debate e procuraremos aprofundá-lo agora, discutindo os cursos de formação inicial e continuada, além dos cursos técnicos na oferta concomitante.

### 1.1 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA – FIC

Como uma clássica representação da Educação Tecniciста, as ofertas de Educação Profissional por meio de FIC's representam, ou mesmo ganham muitos sentidos, entre eles está: 1. A Oportunidade rápida/acelerada de “qualificação profissional”, preparação focal para o saber fazer; 2. A Correção de fragilidades na mão-de-obra; 3. O Treinamento para atender demandas emergentes de mercado; 4. O Momento avaliativo em que se tem noção do tipo de curso e/ou eixo tecnológico que se gostaria de fazer/estudar; 5. A Alternativa para atualização profissional. Pensando em uma conduta mais imediatista que atenda às demandas do mercado de trabalho os cursos FIC's são uma oportunidade, contudo bastante limitada, já que esses cursos não habilitam para um campo profissional.

É importante frisar que os FIC's representam medida estratégica, pois seus resultados números imediatos “fortalecem” os dados estatísticos, além de instruir o saber fazer dos indivíduos o que configura a essência da formação superficial. Sendo assim, as ofertas apenas aparentam qualidade, pois não aprofundam ou mesmo efetivam-se de maneira mais apropriada. Os FIC's são, portanto, desqualificantes, uma vez que ao contrário de formar para o mundo do trabalho, coloca os indivíduos no mercado (É importante observar que mercado e mundo de trabalho são termos diferentes). Sendo assim, eles fortalecem as relações

mercadológicas e mercantis no processo educativo, pois ao estar centrado no fazer, menospreza a dimensão de totalidade do sujeito.

No Documento Base Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio há a discussão sobre “[...] os princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional [Sendo assim...] propõem-se a contextualização dos embates que estão na base da opção pela formação integral do trabalhador [...]” (BRASIL, 2007, p. 4), o que sinaliza a relevância da formação profissional de nível médio ser mais completa e articulada com as práticas sociais.

Isso tudo elucida a contradição na proposta de Educação Profissional do governo, que não promove uma política articulada à manutenção da essência politécnica<sup>7</sup>, cuja base está voltada à formação integral do sujeito. Porém, é notória a força que os cursos FIC’s ganham na gestão do atual governo brasileiro, que usa medidas legais como a LDB 9394/96, o DL 5.154/04, os Pareceres Nº 03 e 06/10 entre outros marcos legais para dar sustentação a efetivação da política da sinteticidade na EP por meio desses cursos, que funciona como estratégia política.

Por outro lado, os trabalhadores, sob a ideologia e estigma da “qualificação” prepara-se às habilidades manuais e operativas por meio desse tipo de oferta. Sendo assim as ofertas de FIC representam o fortalecimento do dualismo capital-trabalho, tal como refletem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 7) ao afirmarem que “[...] o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. É neste nível de ensino que se revela com mais evidência a contradição fundamental entre o capital e o trabalho, expressa no **falso dilema de sua identidade** [...]”.

Então, apreendendo elementos do texto é possível afirmar que para esses autores, a dualidade está nas relações de classe historicamente produzidas. Sendo assim, atender pobres, trabalhadores, pessoas privadas da liberdade, jovens em situação de vulnerabilidade social é uma forma de compensar e acomodar a classe excluída que sob a idéia do favor, agradece pelas migalhas recebidas. Não sendo capaz de questionar sobre seus direitos e submetendo-se às imposições, que mais parecem ato de bondade, embora represente na prática, mera medida paliativa o quê ratifica as relações dominante-dominado, saber-fazer, capital-trabalho, imposição-alienação, frutos do capital.

---

<sup>7</sup> Segundo Saviani (2003) relaciona-se ao domínio de fundamentos científicos de diferentes técnicas, que servem à caracterização de processos diretamente ligados ao trabalho moderno.

## 1.2 CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO CONCOMITANTE

Como resultado do processo de flexibilização e democratização da oferta da Educação Profissional<sup>8</sup>, o Decreto 5.154/2004 garante o Concomitante, que constitui-se em uma proposta conjugada, ou melhor articulada com outra instituição de Ensino Médio. Sendo assim, o aluno possui dupla matrícula, uma na oportunação direta do Ensino Médio Regular (EMR) e outra, articulada com instituições de Educação Profissional que garantam a base de formação específica, ou seja, o currículo fundamental à profissionalização. Contudo, é importante destacar que existe uma exigência formal de que a proposta político-pedagógica seja unificada, de tal forma a alinhar os princípios educativos, filosofia e marco operativo das escolas.

O Concomitante passa a ser o caminho mais prático e efetivo para a profissionalização técnica de estudante que já cursam o EMR, de tal maneira a abrir caminho à continuidade de estudos em desdobramento que focam na oportunidade de uma formação plena, focada na formação integral e na dinamização de oportunidades configuradas como alternativa da democratização do saber. Uma contradição com o Ensino Médio Integrado (EMI), já que esse tipo de oferta de Educação profissional garante de maneira direta, tal integração, o que é mais identitário no EMI.

O alinhamento do PPP entre as instituições que pactuam a oferta de cursos técnicos Concomitante é determinante na perspectiva de cursos que têm perspectivas de base politécnica, a qual centra-se na formação integral, mediada pela cultura, ciência, tecnologia, política e economia, de tal forma a oportunizar uma práxis educativa que fomente e materialize uma formação sólida, pautada na dinâmica e complexidade social. Para tanto, o currículo dos cursos Concomitantes, bem como nos demais tipos de oferta da Educação Profissional de Ensino Médio, não podem e nem devem estar cunhados apenas no **fazer**, embora esse seja importante, ele deve ser articulado, ao **conhecer**, ao **conviver** e ao **ter**. O que quero dizer é que não basta saber manipular um instrumental e não ter a clareza de suas impactações sócio-políticas e econômicas, pois a ausência desses configuram posturas alienantes, por considerarem apenas partes, abandonando a visão de totalidade.

---

<sup>8</sup> Modalidade educativa, definida na LDB 9394/96. Atualmente sua definição foi ampliada, ou melhor, especificada pelo texto do Decreto 5.154/2004, que além de retomar o conceito apresentado pela lei supracitada, também lhe permite detalhamento das especificações sobre as formas de ofertas dessa modalidade, as quais podem ocorrer de forma articulada (integrada ao Ensino Médio) ou Subsequente (após o Ensino Médio). (cf. SILVA, 2011)

Promover uma educação pública, gratuita e de qualidade social na Educação Profissional é no mínimo desafio a seus sujeitos, rediscutindo velhas práticas e conceitos ao remodelamento praxiológico, de tal forma a romper com conceitos e vivências que não fazem mais sentido em função de seu aspecto sintético, inflexível, acrítico e, portanto, alienante. A EP de hoje, precisa e deve ser bem mais do que “o simples apertar parafuso”. Ela deve dar sentidos ao ensino-aprendizagem de trabalhadores/as que lutam por espaço no **mundo do trabalho**<sup>9</sup>. Contudo, não apenas na perspectiva do empregado, mas do empreendedor<sup>10</sup> ou mesmo do trabalhador<sup>11</sup>.

Ao apresentar esse contexto, pode-se dizer que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Concomitante, configura-se como alternativa aos estudantes de Ensino Médio que ainda não estão na EP, mas que desejam optar por ela sem retardar seu curso, permitindo de maneira objetiva pelo menos **dois espaços educativos**<sup>12</sup> diretos para a produção do conhecimento, um propedêutico e outro técnico. Porém, articulados e centrados na formação do sujeito, que não pode estar focada apenas em um campo, mas na multidimensionalidades dos alcances de seu saber, ou melhor, na complexidade sócio-histórica, na totalidade que configuram-se na qualificação profissional do sujeito, a qual deve primar pelo princípio da totalidade e portanto na onilateralidade, consolidando de maneira praxiológica as dimensões conceitual, social e experimental do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido durante o percurso formativo desse técnico (RAMOS, 2008), o que para nós, independente da forma de oferta da Educação Profissional.

A Educação Profissional de hoje deve fundamentar-se num princípio educativo fortalecido na relação entre capital e trabalho, a qual tem como princípio educativo, o libertar, o produzir, o questionar, mas também o propor, o elaborar, o fazer junto. Nesta perspectiva deve-se observar a indissociabilidade entre **capital e trabalho**, ao mesmo tempo entre o **saber e o fazer**, pois em ambos os casos há uma interdependência, garantindo que um sem o outro se revela frágil, tal como pode ser apreendido na reflexão de Sousa Jr. (2010) que nos mostra ser necessária a união entre a escola e a sociedade na compreensão da base formativa

---

<sup>9</sup> Não se deve confundir essa expressão com mercado de trabalho, pois ela é mais ampla, uma vez que não se configura apenas em relações de troca entre patrão e empregado. Esse termo está para além do conceito de mais-valia. Portanto, deve ser entendido como um conjunto de relações que ocorre no interior da sociedade, mediadas pelo conhecimento, cultura, ciência, tecnologia, e claro o trabalho humano em um processo dialético [...]. (SILVA, 2011).

<sup>10</sup> Trabalhador criativo, inovador, gestor de sua produtividade, aquele que produz e gesta seu negócio sem a mediação e/ou imposição do capitalista/patrão.

<sup>11</sup> Percebido como ser produtivo dotado de saberes, os quais se materializam em práticas profissionais e sociais, que enriquecem as relações sócio-produtivas.

<sup>12</sup> Uma Escola de Ensino Médio e Outra de Educação Profissional. O que é definido no Decreto 5.154/2004, garantindo ao aluno dupla matrícula.

do homem cunha no trabalho. Portanto, “O princípio da união trabalho e ensino, por exemplo, é uma formulação que pressupõe a expansão das realidades do trabalho e da escola como momentos da reprodução social que traziam no seu bojo os elementos explosivos necessários para a formação do sujeito social [...]”. (SOUSA JR, 2010, p. 152).

Corroborando com a perspectiva apresentada por Sousa Jr. (2010) acreditamos que a escola cumpre um papel educativo fundamental, o de contribuir com a formação do sujeito para a vida, para as práticas sociais, sejam elas formais ou não formais, produtivas ou não.

O queremos dizer é que o educando, em especial o da educação profissional, necessita tomar conta de si, ou seja, ter consciência de seu papel no mundo, no meio em que vive, seja ele de pequenos grupos, seja ele de grupos complexos. Desta forma, acreditamos que a escola cumpre seu papel social, formar para a cidadania, para a complexa relação entre o homem e o trabalho e suas impactações, respeitando as diferenças e potencializando os saberes, as pessoas e a produção sócio-política, cultural, tecnológica, científica, e por que não da economia. Contudo, voltada à valorização social, ou seja, rompendo a perspectiva capitalista e promovendo a inclusão, dando oportunidade aos diferentes, abrindo caminho a uma sociedade mais humana, fraterna, socialmente responsável, tal como reflete o texto base da CONAE<sup>13</sup> 2010.

Como função social, cabe reconhecer o papel estratégico das instituições da educação básica e superior na construção de uma nova ética, centrada na vida, no mundo do trabalho, na solidariedade e numa cultura da paz, superando as práticas opressoras, de modo a incluir, efetivamente, os grupos historicamente excluídos [...]. (BRASIL, 2010, p. 29 - 30)

É interessante que o debate da diversidade<sup>14</sup> muitas vezes esquecidos, ganha espaço nesse momento, porém é importante destacar que não é um produto da educação o profissional, mas da sociedade por meio do movimento democrático de construção das políticas públicas através da Conferência Nacional de Educação, a qual acumula anseios e déficits históricos. O desafio à EP é promover internamente um debate que durante séculos tem ficado invisibilizado no interior das relações, muita das vezes reprimido no interior da escola, do trabalho, da igreja, e claro, da sociedade.

---

<sup>13</sup> Sigla da Conferência Nacional de Educação, a qual representa um movimento político organizado pelo governo federal, que tem como bases o princípio da democratização, onde os debates dão oportunidade a trabalhadores, estudantes, movimentos sociais, entes federados, setor produtivo (Comércio, Indústria, Agricultura). Contribuindo em um debate nacional que determina as Ações e Estratégias da Macro-política educacional.

<sup>14</sup> Embora tenhamos citado a questão da diversidade e da inclusão, essa temática não tem centralidade neste texto, por isso não será aprofundada.



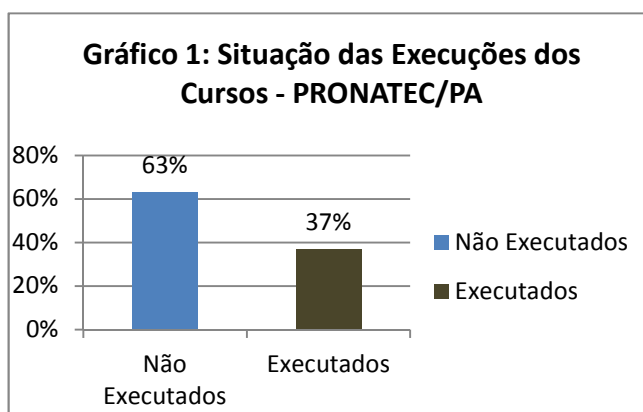
## 2 REFLETINDO SOBRE OS RESULTADOS DAS OFERTAS DO PRONATEC EM 2012 NO PARÁ

A SEDUC/PA tornou-se ofertante de curso no PRONATEC a partir de um longo debate no CONSED entre as Redes de Ensino Estadual, municipal e MEC, como resposta ao movimento criado pelos gestores estaduais de educação que se inquietaram como a mera proposta do MEC para que estes fossem apenas demandantes no programa.

Tal inquietude se fez concreta porque vários estados, entre eles o Pará, Bahia, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais afirmaram ter possibilidades, devido sua expertise no processo formativo de profissionais técnicos nas Redes Estaduais. Sendo assim, após um consenso deliberativo, entre as partes, e percebendo a incapacidade do Sistema “S” em cumprir a meta do PRONATEC, o MEC resolveu ceder. A partir de agora as SEDUC’s de todo o Brasil poderia aderir como ofertantes o PRONATEC, o que fez o Pará.

Diferentemente do que se previa, não bastava experiência com a Educação Profissional, era necessário um conjunto de ações de relação com o mundo do trabalho, das práticas sociais e da apropriação das ferramentas midiáticas para que as ofertas chegassem de maneira efetiva às pessoas (estudantes/trabalhadores). Esses detalhes a SEDUC/PA não tinha.

Sendo assim, o que parecia fácil tornou-se difícil e a meta que já era pequena, foi reduzida por falta de capacidade de execução. Dos 102 (cento e dois) cursos FIC’S ofertados apenas 38 (trinta e oito) foram executados, atingindo um pouco mais de 37% das ofertas (observe o gráfico 1).



Entre aqueles cujos resultados foram abaixo da proposta apresentada estão as EETEPAS de Cametá que não realizou nenhum dos 17 cursos FIC’s assumidos no projeto, ou seja, na pactuação da SEDUC com o MEC; além de Cametá, outras EETEPAS também contribuíram para o não atendimento da meta das ofertas, entre elas estão as EETEPAS de

Monte Alegre com 8,33%; a Francisco Nunes (Belém) com o atendimento de apenas 20%, Cristo trabalhador que realizou 25%, Juscelino Kubistchek com 50% do total de cursos previstos para cada uma. Contudo, é importante destacar que o choque de gestão entre a forma de pensar e agir da COEP/SEDUC e as EETEPAS era plenamente diferente, inclusive porque a dinâmica da escola exige material didático e condições mínimas de garantia de direitos previstos no PRONATEC, os quais não foram garantidos e/ou foram entregues em atraso na sua distribuição, em alguns casos por mais de quatro meses.

Há, porém, um destaque positivo, o da EETEPA de Tailândia que foi a única escola a atender o PRONATEC em 100% das ofertas de turmas previstas, porém, a exemplo das demais o índice de evasão também foi alto, chegando a aproximadamente 35%.

A SEDUC/PA que já ofertava EMI, PROEJA e Subsequente, passava também a ofertar FIC's e Concomitante. As escolas foram sacodidas e o que já era difícil ficou muito mais, pois no PRONATEC vários materiais e benefícios eram possíveis, algo que os demais tipos de oferta não tinham acesso, como a **Bolsa Formação**, o **Auxílio Transporte** e a **Merenda Escolar**. Essas diferenças faziam do PRONATEC, o primo rico da Educação Profissional, o que produziu diversos problemas internos nas escolas. Principalmente, por que a SEDUC/PA não criou um sistema e/ou procedimentos próprio para tratar do PRONATEC, pelo contrário, ela passou atendê-lo dentro de sua estrutura que é pesada e muitas vezes retrógrada, atrasando todo o processo de aquisição de materiais, pagamento de bolsas a alunos, técnicos e professores, e ainda inviabilizando alguns materiais necessários ao pleno funcionamento dos cursos.

Tal feito se dá mediante um conjunto de atendimentos precarizados que enfraquecem a máquina pública e fortalecem o potencial da educação privada, justificada sob a égide da mercantilização, que explica, “o que é de graça não dá certo! Mas se for pago, todos dão valor!”. Esse é um discurso ideológico que é difundido no censo comum, impulsionado pelo pensamento dominante burguês que tenta condicionar as massas a desprestigiarem a máquina pública, o que justificaria o investimento público em instituições privadas.

Exemplo clássico disso é a relação estabelecida diretamente entre SETEC/MEC e o Sistema “S”, segundo o qual é exemplo de gestão de sucesso na Educação Profissional.

Não se pode negar a contribuição deste sistema à Educação Brasileira, mas é inadmissível, aceitar que a máquina pública, que conta com os melhores quadros profissionais do país não tenha competência para desenvolver de maneira adequada um programa voltado à qualificação de jovens e adultos nas escolas públicas do Brasil.

No caso específico do Estado do Pará, o PRONATEC oferta cursos técnicos Concomitantes. Esses cursos começaram em 2012. Porém, das 499 (quatrocentas e noventa e nove) vagas ofertadas, apenas 68,74% foram atendidas, gerando um déficit de mais de 31%, ou seja, isso se traduz em 156 vagas ociosas, o que daria aproximadamente 5 (cinco) turmas. Em valores reais, além de encarecer o custo aluno, isso se traduz em desperdício do dinheiro público, algo que precisa ser corrigido, pois na medida em que esse tipo de problema ocorre há pessoas perdendo oportunidades e continuando a margem da sociedade e ampliando a exclusão social.

Diante do exposto há uma necessidade de estudo sobre os indicadores de insucesso, permitindo compreender as causas desse problema. Pois, ao estudá-lo é possível corrigir o planejamento e tomar medidas que permitam uma execução adequada à necessidade local, bem como as demandas do desenvolvimento sócio-produtivo local, o que não podemos responder ainda, uma vez que não há elementos concretos, advindos das EETEPAS<sup>15</sup> que reflitam as explicações necessárias para este cenário.

É importante frisar que foram ofertadas 2137 vagas nos curso FIC's, das quais apenas 544 foram concluídas, ou seja, um pouco mais de 25% das ofertas de vagas. Os dados são preocupantes, pois esse resultado mostra que no mínimo estamos ociosos e pagando mais caro para a realização de cada curso, pois uma vez que se reduz a quantidade de alunos por turma, o valor final do investimento desta fica proporcionalmente mais caro, configurando uso inadequado do recurso público, o que em nossa leitura exige no mínimo revisão das ofertas e um planejamento estratégico que aponte medidas precisas e responsáveis quanto ao uso desse dinheiro.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das questões levantadas aqui é notória a inoperância do PRONATEC no contexto da execução da Rede Estadual de Educação Profissional, a qual não consegue gerir minimamente os processos de pagamento e infraestrutura básica para o funcionamento dos cursos, sejam eles de formação inicial e continuada ou mesmo os técnicos concomitantes. Contudo é importante lembrar que esse problema não está na falta de recursos, mas no uso dos mesmos uma vez que segundo o MEC a SEDUC recebeu em 2012 aproximadamente 2 milhões para o programa e em 2013 o valor já passa de 3 milhões. Mesmo assim, os

---

<sup>15</sup> O que se sabe é que os índices de ociosidade das vagas por municípios foram os seguintes: Abaetetuba 20%, Cametá 21,5%, Paragominas 41,56% e Santa Izabel 41,4%. Os dois últimos com resultados muito elevados.

resultados não são animadores, pois os índices de execução são baixos e a evasão altíssima, o que configura, no mínimo, inadequação das ofertas.

O PRONATEC apresenta-se como um desafio efetivo ao sistema público que operando desse jeito abre margem a perspectiva do financiamento público em instituições privadas, o que a nosso ver é pelo menos crítico. Ao governo do Estado do Pará, por meio da SEDUC cabem medidas emergenciais na perspectiva de compreender e solucionar os problemas, criando alternativas que favoreçam a plena execução do programa, permitindo a execução adequada dos cursos, bem como cumprindo medidas que auxiliem o Ministério da Educação a encontrar novas perspectivas de formação, quem sabe no fortalecimento do Ensino Médio Integral e no PROEJA, ao contrário de abrir caminho ao Concomitante que acaba por tornar-se uma oferta paralela, que não satisfaz nem a escola de tempo integral, ou mesmo a integrada, já que mesmo diante da tentativa de integrar os currículos e os projetos pedagógicos as escolas e cursos estão distantes da materialidade efetiva primada pelo decreto 5154/2004.

Sendo assim, acreditamos que a SEDUC necessita com urgência criar um sistema próprio à execução e monitoramento da Educação Profissional e por meio deste atender o PRONATEC, além de apresentar a este programa alternativas que correlacione melhor a perspectiva de Educação Profissional visualizada nas DCNEM e nas Resoluções que orientam a estruturação e funcionamento da Educação Profissional no país, inclusive cunhada no princípio de politecnia apresentada no documento base à implantação do Ensino Médio Integrado, o qual vem sendo contraditoriamente ignorado pelo MEC, cujo princípio tem sido aliar-se à educação privada, e no caso do PRONATEC, diretamente associado ao Sistema “S”.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Documento Base da Conferência Nacional de Educação: DOCUMENTO FINAL**. Brasília/DF: MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Documento Base do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Brasília/DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf>. Acesso: 20.12.2007.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei N° 5154/2004. **Educação Profissional**. Brasília/DF: SETEC/MEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; e RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

RAMOS, Marise. **Marcos Conceituais do Ensino Médio Integrado**: Proposta para discussão. Reunião com a SEB e SETEC-MEC. Brasília/DF: SETEC/MEC, 2008.

SEDUC/PA. **Relatório Síntese das Ofertas do PRONATEC no Pará**. Belém/PA: COEP/SAEN, 2013.

SINTEPP/PA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Belém/PA: Graffit, 1997.

SOUSA JR, Justino de. **Marx e a Crítica da Educação**: Da Concepção Liberal-democrática à Crise regressivo-destrutiva do Capital. Aparecida/SP: Editora -Idéias e Letras, 2010.